2015	15023	Fazenda Carmelita - Genésio Giocondo	Ulianópolis	Nº 103711/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2015	15028	Fazenda Santo Antonio - Genésio Giocondo	Ulianópolis	Nº 103714/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2015	15234	Fazenda Santana - Lincoln Lafaiete Bueno	Tomé-Açu	Nº 99475/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2016	4388	Bela Vista Industria e Comércio de Couros LTDA	Dom Eliseu	Nº 100886/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2016	18075	Arivaldo Gonçalves Marinho	Paragominas	Nº 94105/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2016
2016	21250	Fazenda Santana III - Belém BioEnergia	Tomé-Açu	Nº 103994/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2016	38481	MMC Construtora e Incorporadora-LTDA	Paragominas	Nº 104438/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2016	40137	Vaneudo Silva da Costa	Paragominas	Nº 94131/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2016
2016	41420	Cerâmica Fiuza LDA - Aluizio Antonio Fiuza Junior	Irituia	Nº 104542/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2016	41948	Fazenda São Salvador - Eliana Gonçalves de Oliveira	Dom Eliseu	Nº 103946/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2017	15039	Posto Macarani LTDA - Fabiano Costa de Oliveira	Dom Eliseu	Nº 104544/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2017	21450	Fazenda Mata Verde - Luiz Mario Donadía Filho	Ulianópolis	Nº 103951/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017
2017	22675	Frigorífico Centauro - Fazenda Belminas	Paragominas	Nº 104428/URE-PARAG/NURAM/SAGRA/2017

Paulo André Silva Arruda
Coordenador
SEMAS/Núcleo Regional de Paragominas

Protocolo: 239313

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o protocolo digital, para cadastro e emissão da Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA e do Licenciamento Ambiental Declaratório e Simplificado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, parágrafo único, inciso II, da Constituição do Estado do Pará,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527, de 8 de novembro de 2011, que versa sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.682, de 9 de julho de 2012, que trata sobre a digitalização, o armazenamento em meio óptico ou equivalente e a reprodução de documentos públicos e privado;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que dispõe em seu art. 20, sobre a nova redação do art. 10, § 1º, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que versa sobre a publicidade dos pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão nos órgãos ambientais;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.628, de 18 de novembro

de 2016, que dispõe sobre as regras de simplificação de abertura, alteração e baixa de empresas no Estado do Pará, instituindo o sistema integrador da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da legalização de Empresas e negócios – REDESIM; CONSIDERANDO a Resolução COEMA nº 107, de 08 de março de 2013, que define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimento/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental.

CONSIDERANDO a Resolução COEMA nº 127, de 18 de novembro de 2016, que estabelece procedimentos e critérios para o Licenciamento Ambiental Simplificado, denominado SIMPLES AMBIENTAL;

CONSIDERANDO a necessidade de modernização dos procedimentos administrativos de licenciamento, a fim de aperfeiçoar a prestação dos serviços prestados por esta Secretaria;

CONSIDERANDO que o sistema digital de tramitação de processos tem o condão de agilizar os procedimentos, bem como reduzir custos com papel e tinta, atendendo ao princípio da economicidade.

CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente, os da eficiência, legalidade e publicidade.

RESOLVE:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Instituir o protocolo digital para cadastro e emissão da Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA e do Licenciamento Ambiental Declaratório e do Licenciamento Ambiental Simplificado, que integram o SIMPLES AMBIENTAL, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SEMAS.

Art.2º O protocolo digital é o meio para inscrição no banco de dados destinado às pessoas físicas e jurídicas responsáveis pelos empreendimentos que estiverem contemplados pela Resolução COEMA nº 107, de 08 de março de 2013, bem como a Resolução COEMA nº 127, de 18 de novembro de 2016, que visem a obtenção da Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, Licença de Operação - LO e da Licença Ambiental Rural – LAR, para atividades de baixo potencial poluidor/degradador no âmbito do Estado do Pará.

Art.3º O acesso ao sistema se dará através do endereço eletrônico www.semas.pa.gov.br, cuja utilização deverá observar os termos desta Instrução Normativa.

Art.4º As notificações, denominadas movimentações processuais, serão realizadas exclusivamente por correio eletrônico, cadastrado pelos responsáveis técnico e legal, bem como pelo proprietário, que será informado no momento do cadastro, sendo a citação efetivada no dia em que o interessado realizar a consulta eletrônica do processo no sistema.

§1º A consulta às notificações deverá ser feita em até 10 (dez) dias, contados a partir da data do envio, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término do prazo.

§2º A atualização dos dados cadastrais, para fins de notificação, é de responsabilidade do requerente, sendo facultado à SEMAS, eleger outras formas de comunicação ao interessado cadastrado, sem prejuízo das demais formas de notificação.

CAPÍTULO II DO CADASTRO NO SISTEMA PARA OBTENÇÃO DA DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – DLA e DA LICENÇA AMBIENTAL DECLARATÓRIA E SIMPLIFICADA.

Seção I

Dos Requisitos para o Cadastro no Sistema

Art.5º O empreendimento deverá ser classificado conforme o ramo de atividade, sua caracterização e localização, para que o interessado possa obter o registro junto ao protocolo digital.

Art.6º As solicitações do SIMPLES AMBIENTAL, serão recebidas no protocolo digital, exclusivamente pelos interessados cadastrados, obedecendo a seguinte classificação:

I- Empreendedor: pessoa física ou jurídica responsável pela atividade, conforme constar no contrato social ou, no caso da pessoa física, em conformidade com o seu documento de identificação;

II- Representante Legal: pessoa física, designada por instrumento de mandato (procuração) para representar a entidade com poderes restritos e específicos;

III- Responsável Técnico: profissional devidamente cadastrado no conselho de classe, com habilitação regular, responsável pelas informações prestadas desde o requerimento até a emissão da licença.

Parágrafo único. É de exclusiva competência do empreendedor, bem como dos responsáveis legal e técnico cadastrados, a responsabilidade acerca da veracidade e completude das informações prestadas.

Seção II

Do Pedido de Cadastro

Art.7º O interessado que solicitar a emissão da DLA e da Licença Ambiental Declaratória e Simplificada, deverá, no momento da sua inscrição, informar os dados do(s) proprietário(s), do(s) representante (s) legal, bem como os do empreendimento.

§1º O interessado receberá um e-mail automático, com uma senha provisória, para que possa fazer a validação das informações no sistema e a troca da senha de acesso, ao concluir o envio das informações pertinentes ao cadastro.

§2º É de responsabilidade do interessado manter o sigilo da senha de acesso, bem como informar com exatidão as informações prestadas e acompanhar regularmente as notificações recebidas em seu endereço de correio eletrônico.

§3º As condicionantes constantes na Licença Ambiental deverão ser enviadas ao Sistema, em formato pdf, no prazo solicitado. O não atendimento no prazo previsto implicará na aplicação das sanções previstas.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO PARA O REQUERIMENTO PADRÃO

Art.8º O interessado deverá informar se o empreendimento está localizado em área urbana ou rural, oportunidade em que vinculará o Cadastro Ambiental Rural – CAR quando localizado em área rural.

Art.9º O sistema validará o Certificado do Cadastro Técnico de Atividade de Defesa Ambiental – CTDAM, bem como Outorga de uso de recurso hídrico, Dispensa ou Outorga Prévia, caso seja necessário, para atividade/empreendimento a ser licenciado.

Art.10. O sistema fará a validação do cadastro do empreendedor/empreendimento, possibilitando ao usuário escolher o tipo de licença que deseja solicitar no sistema.

CAPÍTULO IV

DA EMISSÃO DA DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL- DLA

Art.11. Após cumprir os requisitos de cadastro previstos nos artigos 5º a 10 desta Instrução Normativa, o interessado deverá solicitar a Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA, informando a atividade e o georreferenciamento do empreendimento junto ao sistema, bem como responder às perguntas de enquadramento.

Parágrafo único. Quando não forem atendidos os requisitos para emissão da DLA, será enviada uma notificação para o interessado informando que deverá acessar o sistema para adequação das pendências.

Art.12. A Dispensa de Licenciamento Ambiental será disponibilizada, para impressão, após o atendimento de todos os requisitos.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DAS LICENÇA SAMBIENTAIS DECLARATÓRIA E SIMPLIFICADA

Art.13. Para obtenção das Licenças Ambientais Declaratória e Simplificada, o interessado deverá observar os requisitos de cadastro previstos nos artigos 5º a 10 desta Instrução Normativa, oportunidade em que deverá informar a atividade, o parâmetro e o tipo de licença a ser obtida.

Art.14. Os empreendimentos que estiverem localizados em áreas urbana ou rural, deverão atender aos critérios estabelecidos nos incisos I e II, do art. 3º, da Resolução COEMA nº 127/16.